

**SEC ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA-EPP**

C.N.P.J.: 07.103.838/0001-50

---

**A**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CABIXI / RO.**

**Sra. Cristiani Martins Dalécio**

**Tomada de Preços nº 005/2016**

**Processo nº 875/2016/SEMEC**

**SEC ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado já devidamente qualificada no processo relativo á licitação em epígrafe, de ora em diante denominada apenas **RECORRENTE**, por seu procurador infra-assinado, nos termos da alínea "b" do inciso I do Art. 109 da Lei 8.666/93 vem, interpor **TEMPESTIVAMENTE**.

**RECURSO ADMINISTRATIVO** face a habilitação da Proposta de Preços da empresa **MF MARTINS - EPP** pelos fatos e argumentos que colocaremos a seguir.

**1- DOS FATOS**

A licitação em questão foi regida em conformidade com o Edital de Tomada de Preços nº 005/2016 e tem como objetivo a **Contratação de empresa para execução da obra de Iluminação do Campo de Futebol, localizado na Avenida Tapajós com Rua Apiacás, no município de Cabixi/RO.**

O Edital de licitação foi elaborado em conformidade com a Lei 8.666/93, ao qual tanto a administração como também todos os participantes do certame licitatório estão estritamente vinculados e devem seguir como base para elaboração da sua pasta de documentos e elaboração da proposta de preços, senão vejamos:

***(...)Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (...) (GRIFO NOSSO).***

...

***(...) Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. (GRIFO NOSSO).***

Após a fase documental, onde as 03 empresas participantes do certame licitatório foram decretadas habilitadas no certame licitatório, prosseguiu-se a seção com a abertura das propostas de preços, a qual teve sua classificação apresentada da seguinte forma:



# SEC ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA - EPP

C.N.P.J.: 07.103.838/0001-50

1º lugar - M.F. MARTINS - EPP no valor de R\$ 185.066,49;

2º lugar - GONÇALVES PEREIRA & CIA LTDA -ME no valor de R\$ 234.492,99;

3º lugar - SEC ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA - EPP no valor de R\$ 239.975,66;

Em seguida toda a documentação relativas às propostas de preços foram submetidas para análise e parecer do Engenheiro Eletricista João Rafael B. Rodrigues, que emitiu seu parecer INABILITANDO a proposta da empresa GONÇALVES PEREIRA & CIA LTDA -ME e HABILITANDO as propostas de preços das empresas M.F. MARTINS - EPP e SEC ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA - EPP.

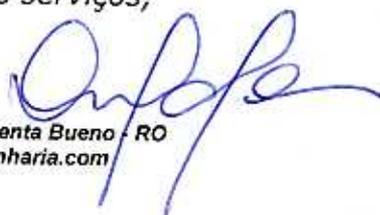
Ocorre que em seu parecer técnico o Engenheiro Eletricista João Rafael, equivocou-se na observância de alguns itens que não só ferem os princípios basilares da Lei 8.666.93 como também são motivos para DESCLASSIFICAÇÃO da proposta de preços da empresa M.F.Martins - ME.

Em seu conteúdo o Edital no **item 26 - DA PROPOSTA DE PREÇOS**, exige a apresentação da proposta da seguinte forma:

*"...26.1 - Para a Proposta de Preços, exigir-se-á dos interessados o seguinte:*

*26.2 - Carta endereçada à Comissão Permanente de Licitações CPL, em papel timbrado da empresa, contendo: nome, endereço, número da TOMADA DE PREÇOS, conforme modelo (Anexo V), devidamente assinada pelo representante legal da licitante, relacionando ainda, os seguintes itens:*

- a) Preço global em valor numérico e por extenso;*
- b) prazo de execução dos serviços;*



# SEC ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA-EPP

C.N.P.J.: 07.103.838/0001-50

c) Prazo de validade da Proposta, que deverá ser de no mínimo de 60 (sessenta) dias.

d) A empresa deverá indicar, em sua Proposta de Preços, o Banco, Agência e número da Conta Corrente, onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso esta seja vencedora deste certame.

26.3 - Planilha Orçamentária baseada nos projetos, especificações e exigências constantes deste Edital, indicando:

a) Unidade, Quantitativos, Preços Unitários, Subtotais e Totais;

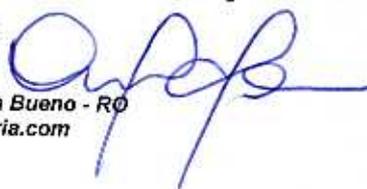
b) Especificação clara dos serviços a serem executados de acordo com a Planilha do órgão requisitante;

c) Nos preços unitários propostos e apresentados na Planilha Orçamentária pela licitante, deverão estar computados todas as despesas necessárias, inclusive custo de materiais, de transportes, de instalações, depreciações, mão-de-obra, impostos, encargos sociais e trabalhistas, remunerações, etc., que constituirão a única, exclusiva e completa remuneração dos serviços;

d) Nos itens considerados como verbas globais, poderá, a critério da Comissão de Licitações, e surgindo necessidade, ser solicitado ao licitante, o detalhamento específico do item, para melhor análise;

e) Será exigida das proponentes a apresentação:

e.1) composições unitárias de custos de todos os itens, cujo valor de cada item deverá ser idêntico àquele lançado na Planilha Orçamentária apresentada pela empresa;



# SEC ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA-EPP

C.N.P.J.: 07.103.838/0001-50

## e.2) a composição do BDI. (GRIFO NOSSO)"...

A proposta da empresa M.F. Martins - EPP é enumerada das folhas de nº 01 a 32, página esta que se encontra o TERMO DE ENCERRAMENTO da proposta.

Ocorre que o licitante, deixou de apresentar a Composição do B.D.I., motivo este completamente suficiente para levar sua proposta a DESCLASSIFICAÇÃO uma vez que o mesmo descumpriu o item 26.3 alínea e.2.

Além de deixar de cumprir com as exigências na proposta de preços por deixar de apresentar a composição de B.D.I., o que já é motivo suficiente para sua inabilitação, a empresa M.F. Martins - EPP labora mais uma vez em equívoco em suas composições de custos, pelo fato de apresentar sua proposta com valores salariais abaixo das Convenções Coletiva praticados no Estado de Rondônia conforme segue:

Em sua proposta o licitante apresentou os seguintes valores de mão-de-obra para as funções abaixo especificadas:

Função / Descrição	Salário Praticado
Eletricista com encargos complementares	R\$ 9,16
Encarregado geral com encargos complementares	R\$ 10,11
Auxiliar de eletricista com encargos complementares	R\$ 7,72
Servente com encargos complementares	R\$ 7,53
Pedreiro com encargos complementares	R\$ 8,80

A convenção coletiva de trabalho do SINDUSCON vigente para o exercício de 2016 fixa os valores mínimos para as funções de trabalho da seguinte forma:

GRUPO I	Ajudante, Servente, Office boy	R\$ 1.098,00
---------	--------------------------------	-----------------

# SEC ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA-EPP

C.N.P.J.: 07.103.838/0001-50

GRUPO II	Agente Patrimonial, Agente de Portaria, Apontador, Apropriador, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de compras, Meio Oficial, Operador de Betoneira e Operador de Guincho e Elevadores	R\$ 1.205,00
GRUPO III	Almoxarife, Graniteiro, Armador, Carpinteiro, Encanador, Pedreiro, Pintor e Motorista de veículo leve.	R\$ 1.373,00
GRUPO IV	Azulejista, Ceramista, Ladrilhista, Eletricista de Baixa Tensão, Montador de Estruturas e Soldador.	R\$ 1.448,00
GRUPO V	Eletricista de Alta Tensão, Operador de Retroescavadeira, Operador de Pá Carregadeira e Mecânico de Máquinas Pesadas.	R\$ 1.579,00

Para efeitos de comprovação que a empresa M.F. Martins - ME , descumpriu as leis trabalhistas vigentes e apresentou sua proposta com **piso salarial abaixo do permitido para o Estado de Rondônia**, ilustraremos nossa peça recursal com o exemplo extraído da proposta da empresa M.F. Martins - ME para os profissionais PEDREIRO e ELETRICISTA.

## ✓ **Pedreiro**

O valor mínimo do salário para contratação deste profissional no Estado de Rondônia é de **R\$ 1.373,00** (Hum mil, trezentos e setenta e três reais) para uma jornada de trabalho de 220 (duzentas e vinte) horas/mês.

Se dividirmos o salário do profissional pela jornada de trabalho chegamos ao valor de R\$ 6,24 (Seis reais e vinte e quatro centavos) sem incidência de encargos por hora trabalhada.



# SEC ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA - EPP

C.N.P.J.: 07.103.838/0001-50

Ocorre que, ao aplicarmos os encargos trabalhistas **na menor tributação** possível e seguindo-se a tabela de composições de encargos sociais da Caixa Econômica Federal – Tabela SINAPI, ou seja, 51,64 % de encargos, que é a de contratação deste colaborador "Pedreiro" **na condição de mensalista desonerado**, chegamos a um **valor mínimo** de mão-de-obra de **R\$ 9,46 (Nove reais e quarenta e seis centavos)**, **valor este bastante acima do salário apresentado pelo licitante M.F. Martins cujo valor é de R\$ 8,80 (Oito reais e oitenta centavos).**

## ✓ **Eletricista**

O valor mínimo do salário para contratação deste profissional no Estado de Rondônia é de **R\$ 1.448,00** (Hum mil, quatrocentos e quarenta e oito reais) para uma jornada de trabalho de 220 (duzentas e vinte) horas/mês.

Se dividirmos o salário do profissional pela jornada de trabalho chegamos ao valor de R\$ 6,58 (Seis reais e cinquenta e oito centavos) sem incidência de encargos por hora trabalhada.

Ocorre que, ao aplicarmos os encargos trabalhistas **na menor tributação** possível e seguindo-se a tabela de composições de encargos sociais da Caixa Econômica Federal – Tabela SINAPI, ou seja, 51,64 % de encargos, que é a de contratação deste colaborador "Pedreiro" **na condição de mensalista desonerado**, chegamos a um **valor mínimo** de mão-de-obra de R\$ 9,98 (Nove reais e noventa e oito centavos), valor este bastante acima do salário apresentado pelo licitante M.F. Martins cujo valor é de R\$ 9,16 (Nove reais e dezesseis centavos).

A linha de raciocínio pode ser aplicada se não em todos, pelo menos na grande maioria dos salários apresentados na composição de preços unitários da empresa M.F. Martins – EPP.

Pelo exposto, fica evidente que a proposta da empresa M.F. Martins – ME descumpre não somente as leis trabalhistas como também a Lei 8.666/93 e atualizações posteriores, conforme transcrito abaixo:



Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, **os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.**

§ 3º Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, **incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos,** exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Desta forma fica comprovado que não deve prosperar a HABILITAÇÃO da proposta de preços da empresa M.F. Martins - EPP pelos erros e falhas apresentados e ainda por encontrar-se incompleta por não apresentar itens de exigência para validação da proposta de preços conforme tange o Edital.

## **2-DOS PEDIDOS**

Face ao exposto, e sendo medida de inteira justiça, a RECORRENTE pede e aguarda deferimento do que segue:

1- Que a Nobre Comissão de Licitações remeta nossa peça recursal ao Engenheiro Eletricista João Rafael B. Rodrigues para que o mesmo tome ciência dos fatos aqui apresentados;



# SEC ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA - EPP

C.N.P.J.: 07.103.838/0001-50

2- Que a Nobre Comissão de Licitações reforme sua decisão, desclassificando a Proposta de Preços da empresa M.F. Martins - EPP;

3- Que a Nobre Comissão de Licitações declare como vencedora do certame licitatório a proposta de preços da empresa SEC ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA - EPP, pela mesma estar em total conformidade com o Edital e seus anexos.

4- Se assim não entender remeta a autoridade superior a presente peça recursal para análise dos termos aqui apresentados.

Termos em que, pede deferimento.

Pimenta Bueno, 26 de Outubro de 2016.



**SEC ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA - EPP**  
**Marlon Ruiz da Silva - Sócio Proprietário**  
**CPF: 024.478.099-48**

**Anexos:**

- 1 - Cópia Convenção Coletiva de Trabalho SINDUSCON 2016;**
- 2 - Cópia da Composição de Encargos Sociais SINAPI (Rondônia);**

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2016/2017

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RO000063/2016  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 10/05/2016  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR024392/2016  
NÚMERO DO PROCESSO: 46216.000943/2016-83  
DATA DO PROTOCOLO: 06/05/2016

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS INDS DA CONSTRUCAO CIVIL DO EST RONDONIA, CNPJ n. 04.913.794/0001-35, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EMERSON FIDEL CAMPOS ARAUJO;

E

SINDICATO DOS TRAB NA IND DA CONST CIVIL DO ESTADO DE R, CNPJ n. 04.236.139/0001-90, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RAIMUNDO SOARES DA COSTA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2016 a 30 de abril de 2017 e a data-base da categoria em 01º de maio.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) e beneficiará a todos os empregados das empresas de Construção Civil Leve e obras de saneamento (redes de água, esgoto e drenagem), do Estado de Rondônia, com abrangência territorial em Alta Floresta D'oeste/RO, Alto Alegre dos Parecis/RO, Alto Paraíso/RO, Alvorada D'oeste/RO, Ariquemes/RO, Buritis/RO, Cabixi/RO, Cacaulândia/RO, Cacoal/RO, Campo Novo de Rondônia/RO, Candeias do Jamari/RO, Castanheiras/RO, Cerejeiras/RO, Chupinguaia/RO, Colorado do Oeste/RO, Corumbiara/RO, Costa Marques/RO, Cujubim/RO, Espigão D'oeste/RO, Governador Jorge Teixeira/RO, Guajará-mirim/RO, Itapuã do Oeste/RO, Jaru/RO, Ji-paraná/RO, Machadinho D'oeste/RO, Ministro Andreazza/RO, Mirante da Serra/RO, Monte Negro/RO, Nova Brasilândia D'oeste/RO, Nova Mamoré/RO, Nova União/RO, Novo Horizonte do Oeste/RO, Ouro Preto do Oeste/RO, Parecis/RO, Pimenta Bueno/RO, Pimenteiras do Oeste/RO, Presidente Médici/RO, Primavera de Rondônia/RO, Rio Crespo/RO, Rolim de Moura/RO, Santa Luzia D'oeste/RO, São Felipe D'oeste/RO, São Francisco do Guaporé/RO, São Miguel do Guaporé/RO, Seringueiras/RO, Teixeirópolis/RO, Theobroma/RO, Urupá/RO, Vale do Anari/RO, Vale do Paraíso/RO e Vilhena/RO.

### Salários, Reajustes e Pagamento

#### Piso Salarial

### CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL - REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos empregados das categorias profissionais das funções preponderantes, passando a vigorar,

os pisos salariais, constante da tabela abaixo, no período de 1º de maio de 2016 até 30 de abril de 2017, deduzindo-se as eventuais antecipações efetuadas.

<b>GRUPO I</b>	Ajudante, Servente, Office boy.	R\$ 1.098,00
<b>GRUPO II</b>	Agente Patrimonial, Agente de Portaria, Apontador, Apropriador, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de compras, Meio Oficial, Operador de Betoneira e Operador de Guincho e Elevadores.	R\$ 1.205,00
<b>GRUPO III</b>	Almoxarife, Graniteiro, Armador, Carpinteiro, Encanador, Pedreiro, Pintor e Motorista de veículo leve.	R\$ 1.373,00
<b>GRUPO IV</b>	Azulejista, Ceramista, Ladrilhista, Eletricista de Baixa Tensão, Montador de Estruturas e Soldador.	R\$ 1.448,00
<b>GRUPO V</b>	Eletricista de Alta Tensão, Operador de Retroescavadeira, Operador de Pá Carregadeira e Mecânico de Máquinas Pesadas.	R\$ 1.579,00

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Para os contratos de trabalho que possuem salários superiores aos dos grupos acima apresentados, será aplicado o acréscimo no percentual de 7,5 % (sete e meio por cento).

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os salários das categorias que não constam dos grupos acima, inclusive os salários dos colaboradores do escritório central, serão corrigidos linearmente, aplicando-se o acréscimo no percentual de 7,5 % (sete e meio por cento) sobre os salários vigentes em 30/04/2016, deduzindo-se as eventuais antecipações coletivas efetuadas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Fica estabelecido que as empresas efetuem o Adiantamento de Salário, entre os dias 14 e 22 de cada mês de até 40% (quarenta por cento) do valor do salário, sendo que o pagamento do restante do Salário será realizado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

#### **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

#### **CLÁUSULA QUARTA - HORAS EXTRAS**

As empresas remunerarão as horas extras dos seus empregados da seguinte forma:

- De 2ª feira a Sábado com adicional de 60% (sessenta por cento) sobre o valor da hora normal

#### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

#### **Auxílio Alimentação**

#### **CLÁUSULA QUINTA - CAFÉ DA MANHÃ**



As empresas concederão aos seus colaboradores, que trabalham no canteiro de obras e nos escritórios dos canteiros de obras, café da manhã, constituído de dois pães com manteiga, e café com leite, antes do início da jornada de trabalho.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Para as empresas que não fornecerem o café da manhã o pagamento a título de ajuda de custo - vale café – por presença do empregado, fica estabelecido o valor de R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos) por dia trabalhado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O café da manhã será fornecido no horário de até dez minutos (10 min.) que antecede ao início da jornada de trabalho.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O fornecimento ou pagamento do café, por tratar-se de bônus, não integrará o salário para quaisquer efeitos.

#### **CLÁUSULA SEXTA - ALMOÇO**

As empresas concederão aos seus colaboradores, que trabalharem no canteiro de obras e nos escritórios dos canteiros de obras, almoço, descontando-se 1% (um por cento) do salário base.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As empresas, que tiverem interesse, poderão beneficiar-se do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O fornecimento da alimentação não integrará o salário.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Caso as empresas necessitem prorrogar a jornada de trabalho, ficarão obrigadas a fornecerem alimentação aos colaboradores as suas custas.

**PARÁGRAFO QUARTO:** As empresas que mantiverem empregados em alojamento deverão servir café, almoço e janta.

**PARÁGRAFO QUINTO:** O não fornecimento da refeição do almoço no local do serviço, as empresas poderão fornecer ticket refeição ou o pagamento de R\$ 10,00 (dez reais), por refeição, por dia trabalhado.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - CESTA BÁSICA**

As empresas concederão aos seus colaboradores que trabalham no canteiro de obras e nos escritórios dos canteiros de obras, cesta básica mensal no valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais), não havendo incorporação salarial, a partir do pagamento do salário referente ao mês de Maio de 2016.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Sobre o valor da cesta básica mensal não deverá a empresa recolher a contribuição previdenciária ou outras que tenham a mesma natureza e nem as contribuições a terceiros.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As empresas preferencialmente fornecerão a cesta básica através de cartão de supermercado, ou ticket alimentação, ou em valor monetário, ou do cartão de cesta básica.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Farão jus ao recebimento da cesta básica os colaboradores que forem

admitidos até o dia 15 do respectivo mês.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Farão jus ao recebimento da cesta básica os colaboradores que tiverem no máximo 4 (quatro) faltas, não justificadas, no decorrer do mês.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Os colaboradores que forem demitidos após o dia 15 farão jus ao recebimento da cesta básica.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Farão jus ao benefício da cesta básica, os colaboradores do escritório central, que recebem salário, até o piso salarial do grupo 1 (R\$ 1.098,00) (Um mil e noventa e oito reais)).

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Os colaboradores afastados, exclusivamente por acidente de trabalho, farão jus ao recebimento da cesta básica por um período máximo de 120 (cento e vinte) dias.

**PARÁGRAFO OITAVO:** As empresas que fornecem cesta básica com valores acima do mínimo, estipulado na convenção, deverão reajustar os valores em 11% (onze por cento).

### Seguro de Vida

#### CLÁUSULA OITAVA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

As empresas concederão a todos os seus empregados o benefício de Seguro de Vida em Grupo, de forma compartilhada, devendo o funcionário antecipar o desconto em folha de pagamento da parte que lhe couber.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A participação do funcionário será de 1% (um por cento) do salário base, ressalvadas as condições mais favoráveis já praticadas pelas as empresas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Quando da contratação o trabalhador deverá autorizar em formulário próprio, de livre e espontânea vontade, a realização do seguro e o desconto em folha de pagamento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O seguro de vida deverá ser no valor de R\$- 20.000,00 (vinte mil reais).

### Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

#### Desligamento/Demissão

#### CLÁUSULA NONA - HORÁRIO PARA HOMOLOGAÇÃO

Fica estabelecida nesta Convenção Coletiva de Trabalho que o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do Estado de Rondônia - STICCERO - CNPJ nº. 04.236.139/0001-90, que as homologações serão na sede deste Sindicato, sito a Rua Almirante Barroso, nº. 1.275, Bairro Santa Bárbara, em Porto Velho (RO), com telefone nº (69) 3229-1229 para contato e agendamento em horário comercial ou na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado de Rondônia de acordo com a legislação vigente.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As homologações que vierem a ser efetuadas no Sindicato deverão ser agendadas

com o mínimo de 48h (quarenta e oito horas) de antecedência.

## **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

### **Atribuições da Função/Desvio de Função**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - RECLASSIFICAÇÃO**

Os empregados que venham a exercer atividades de outro profissional, diferente da qual ocupa, por um período de 90 (noventa) dias, as empresas deverão classificá-los com o salário da função ora executada

### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

#### **Duração e Horário**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - JORNADA DE TRABALHO**

A jornada normal de trabalho será de 2ª a 6ª feira, respeitando o limite legal de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

#### **Controle da Jornada**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CARTÃO DE PONTO**

Serão obrigatórios os cartões com marcação eletrônica, mecânica ou manual, devendo as empresas deixar registrados os horários das entradas e saída.

#### **Outras disposições sobre jornada**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DIA DO TRABALHADOR**

Na Construção Civil, fica reconhecida a segunda-feira de carnaval de cada ano, feriado, denominada como Dia dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do Estado de Rondônia.

**Saúde e Segurança do Trabalhador**



## Exames Médicos

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - EXAMES MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

As empresas poderão, preferencialmente, manter seus contratos de prestação de serviços junto ao SESI SAÚDE RONDÔNIA ASATRACOCIRO, bem como a relação de seus funcionários devidamente atualizadas a fim de receber o atendimento de Saúde e Segurança no Trabalho, Assistência Médica Ambulatorial e Odontológica, de acordo com a categoria do Cartão Vantagem da FIERO e conforme tabela de especialidades disponíveis na rede credenciada.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A empresa poderá, preferencialmente, comunicar o SESI SAÚDE ASATRACOCIRO, em casos de acidente de trabalho para auxiliar as empresas na orientação, informação de reabilitação do trabalhador, bem como acompanhar o histórico do acidente do trabalho.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O tratamento de saúde do trabalhador nos casos de acidente de trabalho ocorrerá por conta da empresa, preferencialmente no SESI SAÚDE e CLÍNICA ASATRACOCIRO e rede credenciada ao SESI, desde que esta ofereça a especialidade necessária para o tratamento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** No Atendimento de Emergência a empresa acionará o auxílio necessário e adequado do Corpo de Bombeiros, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), a rede pública e particular de saúde se necessário.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Nos atendimentos médicos encaminhados pela empresa decorrentes das atividades laborais, se o SESI SAÚDE a ASATRACOCIRO não oferecer disponibilidade em sua unidade, poderá ser encaminhado para a rede credenciada do SESI SAÚDE da ASATRACOCIRO, desde que as especialidades estejam contempladas no credenciamento.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A Empresa é responsável pelo o encaminhamento de seus funcionários, quando necessário, para os atendimentos de urgência, emergência, internações e cirurgias para a rede pública ou o Plano de Saúde (se houver). Em casos de consultas médicas ambulatoriais e exames laboratoriais poderá, preferencialmente, ser encaminhado ao SESI SAÚDE a ASATRACOCIRO ou a rede credenciada, desde que as especialidades estejam contempladas no credenciamento.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Nos atendimentos de saúde efetuados com o encaminhamento da empresa ao SESI SAÚDE ASATRACOCIRO e a sua rede de credenciados, os pagamentos das despesas realizadas no mês serão faturadas para a empresa na sua totalidade, podendo ser dividido em até 05 (cinco) parcelas. A empresa será responsável em descontar do funcionário através da folha de pagamento, a proporção a ser negociada pelas partes, ficando divididos na seguinte proporção de responsabilidade: 50% (cinquenta por cento) para a empresa e 50% (cinquenta por cento) para o trabalhador.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A ASATRACOCIRO deverá apresentar ao SINDUSCON-RO/PVH, os serviços de saúde, disponíveis aos colaboradores da construção civil, para que possam ser divulgados junto as empresas.

### Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - APARELHO DE CELULAR

Não é permitido o uso de telefone celular, smartphone, tablet e dispositivos similares, durante o horário de



trabalho realizado nos canteiros de obras, para o acesso à internet, redes sociais, aplicativos de mensagens, jogos eletrônicos, músicas, ou qualquer outro uso.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O uso de telefone celular, smartphone, tablet e dispositivos similares, para o acesso à internet, redes sociais, aplicativos de mensagens, jogos eletrônicos, músicas, ou qualquer outro uso, será permitido apenas no intervalo para descanso intrajornada.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os empregadores deverão realizar campanhas educativas de uso responsável do celular, segundo os critérios estabelecidos nesta cláusula.

### **Relações Sindicais**

#### **Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO ACESSO AO DIRIGENTE SINDICAL**

As empresas permitirão a entrada dos diretores sindicais dos trabalhadores nos canteiros de obras e escritórios nos seguintes casos: a) Distribuição de boletins informativos da categoria e b) Sindicalização e assembleia nos horários de descanso dos empregados.

**PARÁGRAGO ÚNICO:** O Sindicato dos Trabalhadores comunicará a visita através de carta devidamente protocolada ao responsável pela empresa com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

#### **Representante Sindical**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - LIBERAÇÃO DO DIRIGENTE SINDICAL**

As empresas concederão licença remunerada de 12 (doze) meses para 3 (três) dirigentes sindicais (sendo no máximo 1 (um) de cada empresa) eleitos para a constituição da diretoria do Sindicato, durante a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, e seus nomes constem da ata de eleição, de acordo com a lei.

**PARÁGRAGO ÚNICO:** A remuneração do dirigente sindical citada nesta cláusula será objeto de nova negociação entre os sindicatos, na próxima convenção coletiva de trabalho.

#### **Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - MENSALIDADES DE ASSOCIADO AO STICCERO**

Fica ajustado que as empresas descontarão, mês a mês, em folha de pagamento de seus empregados sindicalizados, desde que com autorização prévia e por escrito do mesmo, efetuada na empresa, nos termos do art. 545 da CLT, a contribuição associativa/assistencial de 2% (dois por cento) do salário-base, a partir de primeiro de maio/2016, e será recolhida da seguinte forma:



**PARAGRAFO PRIMEIRO:** O recolhimento será efetuado em até o 10º (décimo) dia após a data do pagamento dos salários dos funcionários filiados e associados que autorizaram o desconto em folha de pagamento, através de guias fornecidas pelo Sindicato dos Trabalhadores, as quais identificarão a conta bancária para este fim, devendo as empresas relacionar os empregados e o valor do desconto, enviando tal relação ao Sindicato dos Trabalhadores.

**PARAGRAFO SEGUNDO:** A referida guia de cobrança apresentada pelo STICCERO, será confeccionada para recolhimento mediante apresentação, com data de vencimento.

**PARAGRAFO TERCEIRO:** O atraso no recolhimento da presente contribuição acarretará multa de 2% (dois por cento), acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês de atraso até o seu efetivo pagamento.

### **Disposições Gerais**

#### **Aplicação do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - APLICAÇÃO**

Visando garantir as conquistas desta Convenção Coletiva do Trabalho, o SINDUSCON-RO e o STICCERO desenvolverão ações conjuntas junto aos diversos órgãos da Administração Pública nas esferas Federal, Estadual e Municipal para que ao licitarem obras, façam constar na formalização dos processos de licitação, comprovantes de que na elaboração dos preços unitários das planilhas orçamentárias de obras e serviços foram utilizados valores de salários da Convenção Coletiva de Trabalho vigente, incluídos os custos alimentação, transportes, saúde, uniforme, treinamento para empregados, os custos administrativos do período, bem como os custos relativos ao cumprimento das Normas de Higiene e Segurança do Trabalho e da legislação pertinente.

#### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - PENALIDADES**

Os empregados e as empresas que descumprirem a presente Convenção Coletiva de Trabalho serão penalizados com multa de 50% (cinquenta por cento) do piso salarial do grupo de cada categoria do funcionário envolvido.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A multa que trata o caput, no caso do descumprimento do empregador, obedecerá à seguinte proporção: 50% (cinquenta por cento) para o sindicato laboral e o saldo rateado entre os empregados da empresa do local do fato gerador

#### **Outras Disposições**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - JUSTOS E ACORDADOS**

E por estarem justos e acordados para que se produzam efeitos legais necessários, assinam às partes, a



presente Convenção Coletiva de Trabalho, comprometendo-se, consoante dispõe o Artigo 614 das CLT, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para depósito, busca prévia e no sistema mediador da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado de Rondônia - Ministério do Trabalho e Previdência Social, no site [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br).

EMERSON FIDEL CAMPOS ARAUJO  
Presidente  
SINDICATO DAS INDS DA CONSTRUCAO CIVIL DO EST RONDONIA

RAIMUNDO SOARES DA COSTA  
Presidente  
SINDICATO DOS TRAB NA IND DA CONST CIVIL DO ESTADO DE R

**ANEXOS**  
**ANEXO I - ATA DE REUNIÃO**

Anexo (PDF)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.



RONDONIA

VIGÊNCIA A PARTIR DE 03/2016

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
<b>GRUPO A</b>					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>A</b>	<b>Total</b>	<b>16,80%</b>	<b>16,80%</b>	<b>36,80%</b>	<b>36,80%</b>
<b>GRUPO B</b>					
B1	Repouso Semanal Remunerado	18,07%	Não incide	18,07%	Não incide
B2	Feriados	4,84%	Não incide	4,84%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,93%	0,69%	0,93%	0,69%
B4	13º Salário	11,16%	8,33%	11,16%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,09%	0,06%	0,09%	0,06%
B6	Faltas Justificadas	0,74%	0,56%	0,74%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,66%	Não incide	1,66%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,13%	0,09%	0,13%	0,09%
B9	Férias Gozadas	12,49%	9,33%	12,49%	9,33%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,02%	0,03%	0,02%
<b>B</b>	<b>Total</b>	<b>50,14%</b>	<b>19,08%</b>	<b>50,14%</b>	<b>19,08%</b>
<b>GRUPO C</b>					
C1	Aviso Prévio Indenizado	8,13%	6,08%	8,13%	6,08%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,19%	0,14%	0,19%	0,14%
C3	Férias Indenizadas	1,83%	1,36%	1,83%	1,36%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	5,29%	3,95%	5,29%	3,95%
C5	Indenização Adicional	0,58%	0,51%	0,68%	0,51%
<b>C</b>	<b>Total</b>	<b>16,12%</b>	<b>12,04%</b>	<b>16,12%</b>	<b>12,04%</b>
<b>GRUPO D</b>					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,42%	3,21%	18,45%	7,02%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,68%	0,51%	0,72%	0,54%
<b>D</b>	<b>Total</b>	<b>9,10%</b>	<b>3,72%</b>	<b>19,17%</b>	<b>7,56%</b>
<b>TOTAL(A+B+C+D)</b>		<b>92,16%</b>	<b>51,64%</b>	<b>122,23%</b>	<b>75,48%</b>

Fonte: Informação Dias de Chuva - INMET